



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Nº 17/SEMSAU - COMP/2025

ALVORADA DO OESTE/RO, 12 de agosto de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1192.02.06-2025/SEMSAU/FMS

2. OBJETO

2.1. FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTECENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED E SENTENÇAS JUDICIAIS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU/FMS de Alvorada d'Oeste/RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL MININO DE DESCONTO%
01	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTECENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED E SENTENÇAS JUDICIAIS.	0,01%

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1. A Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, elaborou o Estudo Técnico Preliminar – ETP, para aquisição dos itens constantes no Memorando nº 80/SEMSAU/2025, analisando a sua viabilidade e levantando os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alvorada d'Oeste/RO, em conformidade com o disposto pela Lei 14.133/202.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada d'Oeste/RO enfrenta a necessidade contínua de garantir o abastecimento de medicamentos para atender à demanda da população. A falta de um processo eficiente de aquisição pode levar à indisponibilidade de medicamentos essenciais, prejudicando o tratamento dos pacientes e o funcionamento adequado das unidades de saúde.

4.2. Muitas vezes quando se licita o medicamento por item pode ocasionar do item licitado não atender a demanda pois há uma infinidade de medicamentos e impossível registrar todos o que se resolve com o maior percentual de desconto sobre a tabela CMED, que é um referencial de preços de medicamento no Brasil.

4.3. A proposta apresentada visa atender de forma direta esta municipalidade, através de aquisição de medicamentos de A à Z, para atender os pacientes em tratamento, observação, internação e dentre outros fins emergenciais que virem a se fazer necessários nas Unidades Básicas de Saúde, UBS: Dr. Montano Paulo di Benedito, distrito de Terra Boa, Unidade Básica de Saúde – UBS Geraldo Dias de França – bairro Alto Alegre, Unidade Básica de Saúde – UBS Poliane Da Silva Barbosa, Linha 17, Unidade Básica de Saúde UBS Centro de Saúde da Mulher Gestante Maria Lucia Rodrigues, UBS Tancredo de Almeida Neves, distrito de Tancredópolis e Unidade Mista De Saúde de Alvorada d'Oeste, pelo periodo de um ano.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

4.4. Considerando a constante demanda, dos mais de 14.000 habitantes do município e daqueles de municípios circunvizinhos, bem como a necessidade de uso diário para manter as condições de saúde dos usuários do SUS no município, abrimos processo administrativo para suprimir a procura na rede assistencial de atendimento de demanda espontânea, de urgência, emergência e agendamentos, deste município.

4.5. Ressaltamos que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é o órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil e a Anvisa exerce o papel de Secretaria-Executiva da Câmara. Sendo assim, a CMED estabelece limites para preços de medicamentos, e adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas. É responsável também pela fixação e monitoramento da aplicação do desconto mínimo obrigatório para compras públicas. Ex <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>

4.6. Portanto a aquisição de medicamentos de A à Z por maior desconto percentual sobre a tabela CMED/ANVISA se destina ao melhor e mais eficiente atendimento dos serviços de gerência de saúde deste Município e a manutenção dos serviços de saúde pública preventiva e curativa, buscando eliminar a falta de medicamentos na rede municipal de saúde.

4.7. A Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada d'Oeste/RO, realiza anualmente licitações para abastecimento da farmácia e unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos medicamentos nelas utilizados. Porém, existem situações atípicas como tutela antecipada, concedida pela justiça, e outros casos imprevisíveis, que requerem certa urgência no atendimento ao paciente, justificando, dessa forma, a aquisição dos itens que compõem ao Termo de Referência. Assim, os itens necessários para atendimento à população serão adquiridos com base nos preços fixados na Lista de Preços de Medicamentos da CMED/ANVISA.

4.8. A lista de medicamento será utilizada como parâmetro, pois nelas encontramos toda a diversidade de medicamentos hospitalar, utilizados na medicina, com valores praticados no mercado.

4.9. Será considerado vencedor o licitante que apresentar o maior desconto percentual com base na Tabela CMED de Preço de Fábrica PF da ANVISA COM ICMS 17,5% (ICMS PARA RONDONIA- PMVG/). Quando a aquisição seja motivada por ordem judicial o desconto será aplicado no preço constante na Tabela CMED de preços máximos de venda ao Governo vigente quando da elaboração da proposta. O percentual (%) de desconto deverá ser igual para todos os medicamentos (referência, similares e genéricos e outros).

4.10. O contratado obriga-se a fornecer percentual único de desconto sobre o preço fábrica, constante na tabela de preços divulgada pela CMED/ANVISA, de tal sorte que ao ser aplicado sobre o valor descrito na tabela resulte no preço que inclua impostos, fretes e demais despesas incidentes sobre a operação.

4.11. O percentual de desconto permanecerá fixo durante toda a vigência da Ata, que será de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

4.12. O contratado fica obrigado a atender a todos os pedidos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada d'Oeste/RO, inclusive com relação aos quantitativos, sendo consideradas como parâmetro mínimo as quantidades contidas nas embalagens usualmente comercializadas no mercado varejista.

4.13. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretária Municipal de Saúde- SEMSAU	Vera Lucia Quadros

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Manter até a data definitiva da execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e no Edital, relativo a licitação da qual decorrerá o presente ajuste, nos termos do art.89, da Lei nº 14.133/21, inclusive condições de cadastramento/habilitação que será observado, quando no pagamento relativo à contratação.

5.2. A CONTRATADA se responsabilizará por eventuais danos e/ou prejuízos aos equipamentos, instalações da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados e/ou seu preposto, quando na entrega dos materiais relacionados; Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE; Manter até o vencimento do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

pagamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

5.3. Deverão ser solicitadas as documentações obrigatórias referentes aos arts. 68, 69, II da Lei 14.133/21 e também:

a) Apresentação de pelo menos 1 Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação no último ano. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

b) Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema.

c) Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

d) Ainda deverá apresentar os documentos abaixo:

I Alvará de Localização e funcionamento;

II Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária), expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

III Certidão ou Certificado de Autorização de Funcionamento (AFE) ou Autorização Especial (AE).

5.4. Os itens a serem adquiridos envolvem produtos que podem causar a morte de usuários caso venham a ser fornecidos por empresas que não os armazenem, transportem ou distribuam de forma adequada. O órgão responsável por autorizar e regulamentar o funcionamento de tais empresas é a ANVISA, portanto, para que as mesmas estejam autorizadas a funcionar é necessária a autorização deste órgão. Ainda em atendimento à Legislação específica, as empresas deverão possuir alvará sanitário e responsável pelo controle e dispensação de medicamentos.

5.5. Não será permitida a subcontratação.

6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Art. 96. da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. A escolha da solução se deu através de ampla pesquisa de mercado e do conhecimento técnico e prático do objeto a ser contratado, através da análise da viabilidade de implementação das soluções disponíveis no mercado. Sendo assim, de uma forma geral, esta equipe identificou, que na aquisição de medicamentos para atender a Secretaria Municipal de Saúde, predomina o seguinte tipo de solução:

Solução 01: Aquisição Através de Licitação mediante Sistema de Registro de Preços.

De modo geral, na aquisição de serviços p/ a Saúde de maneira isolada, acredita-se no ganho econômico na compra em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

Sendo assim, com a utilização do Sistema de Registro de Preços, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, tendo em vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

compromete-se a fornecer os materiais pelo preço acordado e no momento em que for solicitado.

Solução 02: Aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços.

Por intermédio da Lei nº 14.133, de 2021, que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos., estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades, os quais não participaram na origem da licitação.

Dessarte, o atendimento às solicitações de "carona" pelos órgãos não participantes fica condicionado à:

- Aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, condicionada esta à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços;
- Consulta e anuência do órgão gerenciador da ata.

Embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as mesmas condições do registro, ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias.

A lei Lei nº 14.133, de 2021, trouxe novas barreiras às adesões a ata de registro de preços. De largada, os limites para as adesões foram reduzidos. Na redação original do Decreto Federal nº 7.892/2013, cada aderente podia contratar 100% do registrado na ata e o conjunto das adesões estava limitado a cinco vezes o registrado na ata. Agora, com o Decreto Federal nº 9.488/2018, cada aderente somente pode contratar 50% do registrado na ata e a soma de todas as adesões não pode ultrapassar o dobro do registrado na ata.

Além, conforme descrito no Art. 86, da Lei nº 14.133, de 2021, inciso II, § 3º A faculdade conferida pelo § 2º deste artigo estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital, ou seja, não autorizando mais adesões a órgãos municipais.

Assim, ao encontrar atas vigentes no SIASG que atendem tanto o quantitativo necessário quanto a especificação técnica do objeto, tal procedimento se torna vantajoso para a Administração Pública, conquanto existe a necessidade de se observar os limites estabelecidos.

Solução 03: Aquisição através de Dispensa de Licitação.

Conforme dispõe o artigo 75 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021, a dispensa de licitação pode ser utilizada para obras e serviços de engenharia com valores de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e para compras de bens de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Diante do exposto, apesar do procedimento se mostrar viável, este deve ser utilizado de forma excepcional, uma vez que a regra no âmbito da Administração Pública é licitar.

Solução 04: Registrar Intenção de Registro de Preços junto a outro órgão na condição de participante.

Quando um órgão publica a IRP ele abre para que outros órgãos possam participar da futura licitação. Isso permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, conseqüentemente, boas oportunidades para as empresas.

O artigo 86 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 dispõe sobre a obrigatoriedade, via de regra, do órgão em publicar a IRP. Essa publicação deve ter prazo mínimo de 8 dias para os demais órgãos manifestarem intenção de participar.

Em outros termos, permite que as identificações de necessidades compatíveis em mais de um órgão possam ser atendidas mediante único procedimento, somado à possível economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

Sendo assim, é eminente que a IRP é um procedimento muito útil para a Administração, pois permite otimizar processos licitatórios. Além disso, promove economia para os órgãos públicos, além de criar oportunidades ótimas para empresas. Isso porque a empresa vencedora do certame passará a fornecer produtos e serviços para vários órgãos, aumentando seus ganhos. Associado ao fato da empresa vencedora ter um contrato duradouro e muitas vendas.

Análise das Soluções Existentes

Solução 1 - A regra na Administração Pública é licitar. Sendo assim, esta solução é mais viável e adequada, considerando que foi realizada ampla pesquisa de preços, na qual ficou demonstrado que o valor global dessa aquisição será superior ao custo da realização da licitação.

Solução 2 - Embora tenham sido identificadas diversas atas no SIASG que atendem às necessidades da





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

administração, a Adesão à Ata de Registro de Preços deve ser considerada uma exceção no âmbito da Administração Pública.

Solução 3 - O valor global obtido por meio da pesquisa de preços, é maior que os valores do referido artigo da lei de licitações. Assim sendo, insuficiente para cobrir as despesas que serão geradas por esta aquisição.

Solução 4 - Não foram localizadas Intenções de Registro de Preços junto aos outros órgãos no SIASG que possuam todos os itens, ou a maioria, presentes neste ETP.

Conclusão

Visando continuidade das atividades desta secretaria à iminente abertura de portas, entende-se como formato mais adequado o apresentado na **Solução 1**.

Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende às determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Instituição. Como exposto, esta equipe conclui que deve-se optar pela **Solução 1**, tendo em vista que a demanda será atendida.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução como um todo se dá na aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ordem judiciais, atendimentos emergenciais, farmácia básica, injetáveis, controle especial dentre outros, para o atendimento das demandas da secretaria municipal de saúde, tornando-se necessária a fim de suprir as demandas de maneira a permitir a promoção da integração aos usuários do SUS, e atender assim as demanda desta secretaria municipal de saúde;

8.2. Dessa forma, após o levantamento das possíveis soluções existentes no mercado, esta equipe optou pelo prosseguimento da aquisição através de realização de Licitação por meio de Sistema de Registro de Preços, uma vez que:

- A Administração não se obriga a contratar todo o quantitativo previsto na licitação e registrado em Ata;
- Existe a possibilidade de definir quantitativo a maior, além do seu real estimativo nos casos de objetos de difícil previsibilidade, cuja previsão pode ser frustrada por uma série de fatores variáveis que não são controlados pela Administração.
- Permite flexibilidade e parcelamento das contratações da solução.
- Permite um controle eficaz dos serviços a serem solicitados.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. As quantidades demandadas dos respectivos itens são para atender a Secretaria municipal durante o período de 12 meses. Os principais motivos da solicitação por meio de Registro de Preços é manter um rígido controle de quantidade a ser solicitada. Ante o exposto, verifica-se a necessidade de Registro de Preço para futura e eventual aquisição dos materiais elencados, face a necessidade de voltar atender aos usuários do sistema único de saúde com aquisição de material de consumo sendo medicamentos, para atender esta Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, considerando que numa Ata de Registro de Preços a Administração Pública não é obrigada a contratar todo o saldo existente, o valor estimado e a memória de cálculo foi baseada no consumo da ata referente ao processo 458/2023, conforme histórico de consumo do mesmo.

9.1.1 Segue tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL MINIMO DE DESCONTO%	EXTIMATIVA DE VALOR PARA AQUISIÇÃO
01	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MEDICAMENTOS DE A À Z, REFERÊNCIA/ÉTICO, SIMILAR, GENÉRICO E BIOLÓGICO E OUTROS, QUE COMPÕE A FARMÁCIA BÁSICA, INJETÁVEIS E DE CONTROLE ESPECIAL PERTENCENTES À PORTARIA 344/98-MS, QUE COMPÕE A TABELA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS – CMED E SENTENÇAS JUDICIAIS.	0,01%	R\$ 5.000.000,00





10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor a ser disponibilizado para compra é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), os quais serão gastos de acordo com as necessidades, não existindo a obrigatoriedade de gasto mínimo.

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de preços prévia, através pesquisa no portal de transparência/site de outros Municípios, fornecedores habituais e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Tais descontos não eximem a Administração da responsabilidade de efetuar pesquisas próprias do medicamento, quando de sua aquisição.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerada o critério menor preço, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo preço por item de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

11.2. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Informa-se que, embora existam outros processos administrativos em trâmite relacionados à aquisição de medicamentos por esta Administração, nenhum deles trata de aquisição com base nos preços estabelecidos pela Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), instituída pela Lei nº 10.742/2003 e regulamentada pela Resolução CMED nº 2/2004.

12.2. Assim, não se verifica, no presente caso, a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes que possam ensejar agrupamento, planejamento conjunto ou eventual risco de fracionamento indevido de despesa, nos termos do art. 12, §1º, da Lei nº 14.133/2021. O presente processo possui objeto autônomo e específico, não sendo condicionado ou vinculado a outros procedimentos em curso

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

13.1. Informamos que não há que se falar em previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), com indicação de seu alinhamento com o planejamento da Administração, conforme art. 18, II, do § 1º, da Lei 14.133/21, nem em alinhamento entre a contratação e o planejamento do Município com a previsão no PCA, haja vista que ainda não foi implantada a regulamentação da nova lei no Município e esse instrumento ainda não foi elaborado.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. Entre os benefícios diretos e indiretos que Secretaria de Saúde almeja com esta aquisição, destaca-se: Assegurar o abastecimento contínuo da farmácia básica, garantir o cumprimento de demandas judiciais e atender à legislação vigente, com base na Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), promovendo a eficiência na gestão da saúde pública, o acesso regular da população aos tratamentos necessários e o uso racional dos recursos públicos.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução escolhida.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

16.2. No que se refere aos possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, verifica-se





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

que as atividades envolvidas, em princípio, não apresentam risco significativo ao meio ambiente, uma vez que não implicam em intervenção direta em áreas de preservação permanente, supressão de vegetação nativa ou geração de resíduos perigosos. Contudo, considerando o princípio da precaução e a necessidade de observância da legislação ambiental vigente, eventuais impactos indiretos, como o descarte inadequado de embalagens, resíduos sólidos ou sobras de produtos, devem ser devidamente prevenidos e mitigados. Nesse sentido, recomenda-se a adoção de medidas mitigadoras, tais como o descarte ambientalmente adequado de resíduos, preferencialmente por meio de empresas licenciadas; o acondicionamento correto de embalagens; o cumprimento das normas da Anvisa e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); e, quando aplicável, a devolução de produtos vencidos ou não utilizados ao fornecedor, nos termos da logística reversa. Ressalta-se ainda a importância da conscientização dos envolvidos quanto à destinação ambientalmente responsável dos resíduos gerados, de modo a garantir a sustentabilidade das ações públicas e a conformidade com os princípios constitucionais da defesa do meio ambiente e da eficiência administrativa.

17.DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Do Termo de Contrato:

17.1.1.Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

17.1.2.Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

17.1.3.Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.1.4.Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.2.Condições Para Assinatura do Contrato Prazo da Contratação/Vigência

17.2.1.O prazo de vigência do futuro contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado em conformidade com disposto no § 1º do Art. 90, da lei nº 14.133/21, mediante interesse ou necessidade da Administração ou a pedido da parte, havendo justificativa, mantidas as mesmas condições compactuadas.

17.3.Da Transferência do Contrato

É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

17.4.Da Assinatura do Contrato

17.4.1.O Município convocará as empresas para assinatura do Contrato Administrativo;

17.4.2.Para assinatura do Contrato Administrativo, as empresas terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, e suas alterações, e se dará de forma eletrônica via e-mail, permitindo-se a prorrogação por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

17.4.3.É condição para pagamento que os contratos decorrentes das aquisições/contratação de serviços estejam devidamente assinados pelas partes e o extrato do contrato será publicado nos mesmos meios da publicação do aviso do pregão eletrônico.

17.5.EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.5.1.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências contratuais e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

as previstas em lei ou regulamento administrativo;

17.5.2. Poderão ser motivos de extinção contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 da lei 14.133/21, podendo a mesma ser unilateral, amigável ou judicial, podendo ocorrer nos termos e condições do Art. 138 e 139 da referida lei suas alterações;

17.5.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de extinção do § 2º Art. 138 da lei 14.133/21.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos que é viável a futura e eventual aquisição de medicamentos de A a Z, incluindo referência/ético, similar, genérico, biológico, injetáveis e de controle especial conforme Portaria 344/98-MS, que compõem a farmácia básica, a Tabela CMED e atendem a sentenças judiciais, garantindo o abastecimento e o atendimento às necessidades da população.

A aquisição dos medicamentos de A a Z, incluindo referência/ético, similar, genérico, biológico, injetáveis e de controle especial conforme a Portaria 344/98-MS, é viável do ponto de vista técnico, administrativo e orçamentário. Trata-se de medida essencial para garantir o abastecimento contínuo da rede de saúde, atender às demandas da farmácia básica, cumprir decisões judiciais e assegurar o acesso da população a tratamentos essenciais. Além disso, a compra está alinhada à Tabela CMED, o que possibilita controle de preços e respeito à legislação vigente, assegurando a legalidade e a economicidade do processo.

Declaramos que a aquisição deste **É VIÁVEL** e que os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências normativas que rege a Lei 14.133/2021.

RESPONSÁVEIS

Elaborada por:

Valdirene S. Gonzaga
Diretora de Gestão
Port. nº 725/GAB/2025

Autorizada por:

Vera Lucia Quadros
Secretária Municipal de Saúde
Port. nº 007/GAB/2025

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **VERA LUCIA QUADROS - SECRETARIA**, CPF: 191.41*.**2-*9 em 12/08/2025 11:21:40, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1147.0H21.540Z.928Z.1724, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **B22.C8F** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) - Nº 17/SEMSAU - COMP/2025**

Elaborado por **VALDIRENE DA SILVA GONZAGA RICARDO**, CPF: 549.19*.**2-*0, em 12/08/2025 10:47:33, contendo 4.317 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 10Z5.2W47.533W.R11U.7157

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.alvoradadooeste.ro.gov.br/verdocumento>

